

Mutirão

Fortaleza, Março de 1979 - Ano II --- ESPECIAL ---

ANISTIA

AMPLA GERAL E IRRESTRITA



ATO PÚBLICO DE INSTALAÇÃO DO
COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA
CEARÁ

DIA 25 DE MARÇO • 19:30h

TEATRO JOSÉ DE ALENCAR



Neste momento em que é lançado publicamente; o núcleo cearense do COMITÊ BRASILEIRO de ANISTIA, nós, presos políticos deste Estado expressamos o nosso mais vivo entusiasmo e esperança pelo passo à frente que o fato significa na luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

O acontecimento se dá numa situação política em que o regime, através de meias reformas, tenta dar continuidade ao sistema de arbítrio e aos privilégios dos grupos econômicos nacionais e multinacionais que dele tiram proveito.

No terreno específico da Anistia, o governo empreende manobras com as propaladas anistias parciais e a nova Lei de Segurança. Tais artifícios, se por um lado constituem prova de recuo de um regime que até há bem pouco tempo dava mostras de intransigência frente ao reclamo geral da Nação, tem também o significado inequívoco de tentar confundir e dividir o movimento democrático e popular, na medida em que exclui ponderáveis setores de opositores presos, cassados e exilados, dos benefícios da anistia. Além disso, tenta lançar uma cortina de esquecimento sobre as mais flagrantes violações dos direitos humanos, realizados pelos órgãos de segurança numa impunidade afrontosa à consciência democrática do país. São mortes e "desaparecimentos" que ocupam as manchetes de órgãos importantes de imprensa, à medida que vão sendo revelados os subterrâneos da repressão.

Presos políticos "CBA-CE": um salto à frente

O movimento democrático e popular já conhece os interesses espúrios que há por trás das manobras do regime e não se deixará envolver. Ao mesmo tempo em que se deve encarar uma possível anistia parcial e a redução de penas altíssimas pela nova Lei de Segurança como conquistas parciais e insatisfatórias, os movimentos de anistia e a oposição democrática em geral devem fazer impulsionar ainda mais a luta pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA, pelo fim de todo o aparato de tortura e de repressão instalado no país e pela conquista de um regime garantidor das mais plenas liberdades democráticas, entre as quais o direito de organização de todas as correntes de opinião políticas e ideológicas. Neste sentido interpretamos a criação do CBA-Ceará como um importante avanço no desenvolvimento dessa luta em nosso Estado.

Ressaltamos ainda a importância da criação do CBA-Ceará nos esforços que ora desenvolvemos pela melhoria de nossas condições carcerárias, em progressiva deterioração. E se faz necessário lembrar aqui o pequeno mas abnegado e valoroso grupo de mulheres que em 1975 criaram em nosso Estado o núcleo do Movimento Feminino Pela Anistia, plantando as primeiras sementes dessa luta que neste momento marca um vigoroso passo.

INSTITUTO PENAL PAULO SARASATE, 25 DE MARÇO de 1979.

Fabiani Cunha
José Ferreira Lima
José Sales de Oliveira
João Alves Gondim Neto
Mario Miranda de Albuquerque
José Jerônimo de Oliveira
Valdemar Rodrigues de Menezes
William Montenegro

COLABORARAM COM ESTA EDIÇÃO:

PROJURIDICA

Advocacia, Consultoria e Assessoria
Direção: Dr. Roberto Pontes, Dr. José Tarcísio de Souza e Dr. João Bezerra Campos Filho
Palácio Progresso, 2o andar - Conj. 233 - Fone 226.14.70

LIVRARIA DO PROFESSOR

Matriz: Rua Solon Pinheiro, 116-S/106
FILIAIS: Gal. Gustavo Correia, 14 - Iguatu
Gal. Pedro Jorge, 35 - Fortaleza

LIVRARIA CIÊNCIA E CULTURA
Rua Edgar Borges, 89 - Fone 226.74.04

CURSO OBJETIVO
(Pré-Vestibular)

Av. da Universidade, 2155 - Fone 226.93.03



A anistia que queremos

O Comitê Brasileiro pela Anistia - Seção do Ceará foi fundado no dia 10 de março último com o objetivo máximo de lutar por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Esse propósito se incorpora a todos os outros que clamam por liberdades democráticas e pela total libertação econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira.

A luta em prol de uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita vem gradativamente ganhando terreno em nossa sociedade. A partir de 1975 ela começou a tomar vulto com a fundação dos Movimentos Femininos pela Anistia; em 1977, essa luta se amplia através das mobilizações estudantis, e finalmente, em 1978 essa ganha amplitude com o ascenso e fortalecimento das lutas populares e com os diversos Comitês Brasileiros pela Anistia.

Durante todo esse processo o Ceará não esteve ausente, pelo contrário soube erguer bem alto a bandeira da Anistia. E agora, quando da fundação do CBA-CE essa presença se amplia e fortalece as condições sociais, que defendem o caráter amplo da Anistia e sua vinculação a outras lutas democráticas.

Através de seus "Objetivos" e "Programa Mínimo de Ação" o CBA-CE divulga o seu propósito de lutar pela imediata libertação de todos os presos políticos; pelo fim das prisões de caráter político, sequestros, torturas e assassinatos; pelo retorno sem coação ou constrangimento de todos os exilados, banidos, e de todos os que foram obrigados a sair do país devido as ameaças e perseguições políticas; pela reestruturação dos direitos civis de todos os atingidos pelos atos de exceção e leis repressivas; pelo fim dos atestados ideológicos; pelo esclarecimento da situação dos desaparecidos após prisão pelos órgãos de repressão; pela

extinção de todos os processos políticos em andamento e desmantelamento dos órgãos de repressão; pela assistência, por parte do governo, aos cidadãos acusados ou presos no exterior por motivos políticos; e pela conquista das franquias democráticas e estabelecimento do Estado de Direito.

Contudo, para consecução plena destes objetivos se impõe uma estratégia global para os movimentos que lutam por uma Anistia Ampla. E como pontos básicos se pode apontar:

1 - A transformação dos Movimentos pela Anistia em movimentos de massa,

2 - Implementação de uma estrutura e um programa nacional,

3 - Vinculação da luta por uma anistia Ampla a luta pelos direitos humanos e por todas as Liberdades Democráticas.

Essas medidas são necessárias como forma de vigilância e luta as práticas demagógicas e anti-populares do governo Figueiredo. Haja visto que diante do avanço das forças democráticas e populares ele acena com falsas aberturas e pensa apresentar um projeto pela anistia parcial como medida de reconciliação. Esse projeto visa discriminar as vítimas do regime quando a luta de todos os atingidos pela repressão foi feita pelo mesmo motivo: a falta de liberdades democráticas.

Faz-se necessário a devolução ao Congresso Nacional a competência de legislar sobre a Anistia.

Assunto de tal natureza não é competência de um só homem, principalmente, quando esse homem não assumiu o poder em consequência da vontade popular.

Hoje, mais do que nunca, se exige uma ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA como condição precípua para a construção de uma sociedade democrática.

Desta forma, o CBA-Ce conclama a todos os cearenses a participarem de sua construção e da luta pela concretização de seus objetivos.



MUTIRÃO

uma publicação de PALMA, PUBLICAÇÕES E PROMOÇÕES LTDA.

DIRETOR: Joanisa Vieira de Abreu

CONSELHO EDITORIAL:

Antônio Paes de Andrade, Pe. Moscir Leite, Francis Vale, Célia Guabireba, Edson Loiola, Francisca Gonçalves, Agamenon Almeida, Pedro Jorge Lima, Paulo Marcelo Martins

Rodrigues, Fenelon Almeida e Luiz Carlos Antero.

EDITOR

C. Albuquerque

CHEFE DE REDAÇÃO:

Edmundo de Castro

COLABORADORES:

Joana Borges, Oswald Barroso, Lúcia Farias, Frederico Fontenale, Paulo Veraine, Edson Lobato, Francisco das Chagas Rodrigues (Biles), Gervásio de Paula, Messias Pontes

NÚCLEO DE APOIO EM CRATEUS

Pe. Geraldo Oliveira Lima, José Marques Alcântara (Zé Maria), José Humberto Bezerra e José Fernandes da Silva.

ASSESSORIA JURIDICA

Antonio Carlos de Araújo e Souza e Benedito de Paula Bizarri.

Arte: Luis Sérgio

MUTIRÃO é uma publicação de Palma, Publicações e Promoções Ltda, Administração e

Redação: Rua Barão do Rio Branco, 1006, Ed. Diogo, 7º andar, s/73, Fortaleza-Ceará CEP 60.000 - CGC 05355755/0001-22 Registro de Matrícula de Pessoas Jurídicas, às fls. 01/02, sob No. 001 e 002, Cartório Mello Junior - Composto e impresso na Ricon Arts Gráficas Ltda - Rua Gonçalves Lêdo, 238, - Fone: 226.3699. Fortaleza-Ceará.

As matérias assinadas não refletem, necessariamente o pensamento do jornal.

A luta nacional pela anistia

Apesar da existência de um potente aparelho repressivo em franca atividade, que impede que todas as arbitrariedades e crimes cometidos contra a pessoa humana e suas entidades representativas possam ser denunciadas abertamente, em toda sua extensão, o que se pôde conhecer até agora faz inveja a mais férreas das ditaduras. Muito do que se conhece hoje sobre essas arbitrariedades, as torturas, o abuso do poder policial, se deve às denúncias feitas pelos organismos que no Brasil lutam pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA. Esses organismos tiveram sua origem na necessidade de agrupar as pessoas e entidades que se definiam pelas liberdades democráticas e compreendiam como passo importante na conquista dessas liberdades a luta pela Anistia. Os primeiros organismos criados - os Comitês 1o de Maio e os Movimentos Femininos Pela Anistia - cumpriram seu papel, e no caso dos MFPas, ainda cumpriam. Mas logo a luta pela Anistia ganhou força e organismos mais amplos foram criados em todo o território nacional. É o caso dos Comitês Brasileiros pela Anistia, que se alastram pelo Brasil afora, organizando pessoas e entidades com o objetivo de lutar pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA.

Essas entidades vêm realizando atividades importantes, concedendo apoio aos presos e perseguidos políticos e seus familiares, denunciando torturas e arbitrariedades, realizando campanhas de libertação de presos políticos, ampliando enfim, a nível nacional, o debate sobre Anistia.

A criação do CBA-CE representa um momento importante neste movimento pela Anistia, pelas Liberdades Democráticas.

A existência de vários CBAs, espalhados em todo o território nacional, permite que se possa encaminhar com mais vigor e de maneira mais efetiva a luta pela Anistia, realizando atividades comuns e coordenadas.

Essa coordenação vem sendo tentada e já foi criada uma Comissão Executiva dos Movimentos de Anistia no Brasil.

Em janeiro deste ano essa Comissão reuniu-se, em Belém, e finalizou seus trabalhos com a publicação da "Carta de Belém - Repúdio à mais nova farsa da Ditadura", onde se pode ler:

"Repudiamos a tentativa do regime militar de descaracterizar a Anistia e seu sentido político de libertação de

todo o povo brasileiro, através dessa enganosa anistia parcial"(...)

"O regime, com o aceno da farsa de uma anistia parcial, pressionando pelo povo brasileiro e pela opinião pública internacional, tenta mudar sua forma de ser, mas não muda seu caráter"(...)

"Qualquer anistia parcial procura dividir as vítimas da repressão, quando a luta de todos foi feita pelos mesmos motivos: a falta de liberdades democráticas. E a tradição de anistia no Brasil fala mais alto, anistia para todos sem discriminações"(...)

"Portanto, o povo brasileiro recusa a anistia parcial, como recusou o pacote de abril, as falsas reformas políticas e outras manifestações do regime, que tentam esconder da nação sua face verdadeiramente terrorista, para mais uma vez enganá-la"(...)

E termina com as seguintes palavras: "E é exatamente nesse momento, em que se multiplicam os Movimentos de luta pela Anistia em nosso país, em que o regime militar, pressionado pelo povo, acena com uma anistia discriminatória, é que devemos multiplicar nossos esforços na luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, caminho de libertação do povo brasileiro".

Além desses pronunciamentos, vários encaminhamentos a nível nacional foram feitos. Dentre estes a marcação da reunião da Executiva, que já ocorreu, em Brasília, nos dias 3 e 4 de março. (Ver: Pag. 5)

No dia 5 foi encaminhado ao Congresso Nacional, por várias delegações de CBAs, um documento denunciando o significado da concessão de Anistia Parcial, pelo Governo. Ficaram previstas atividades comuns para o dia 18 de abril, considerado o Dia Nacional pela Anistia.

Os brasileiros, que se encontram exilados na Europa e no México, propuseram a realização de um Encontro Internacional pela Anistia no Brasil, a ser realizado possivelmente em um dos países da América Latina, o que vem sendo estudado pelos vários CBAs existentes e pela própria Comissão Executiva Nacional.

Desta maneira, constata-se que a luta pela Anistia, Ampla Geral e Irrestrita toma corpo, forçando o posicionamento nacional, deixando claro para os brasileiros que todos os avanços que se fazem em direção às Liberdades Democráticas são conquistas de sua mobilização e não frutos de farsas promovidas por um regime arbitrário e antipopular.

Entidades levam carta ao Congresso Nacional

Reunida no último dia 5, em Brasília a COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL PELA ANISTIA, entregou carta aberta a Deputados e Senadores, levando o reclamo do amplo movimento popular que se organiza em todos os quadrantes do País pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita.

Senhores Congressistas.

No momento em que o Congresso Nacional inicia mais um período legislativo, nós atingidos pelo regime de exceção e representantes de movimentos pela anistia, dirigimo-nos ao Congresso Nacional e a cada um dos senhores Senadores e Deputados Federais, para trazer-lhes o reclamo do amplo movimento popular que se constituiu em todos os quadrantes do país, a exigir anistia entendida como parte integrante e indissociável da luta pelas liberdades democráticas - liberdade de expressão, de palavra, de manifestação, de associação e de reunião, de atuação sindical de greve, de atuação política e de organização partidária.

A anistia que o povo brasileiro exige compreende a soltura de todos os presos políticos, o retorno de todos os exilados, a volta dos cassados à vida pública, a reintegração de todos os demitidos, aposentados e reformados aos cargos e empregos que antes ocupavam e o fim da perseguição a todas as demais vítimas da repressão política.

Vimos convocá-los, a todos. E ao fazê-lo, permitam-nos adverti-los de que a luta não será fácil, muito embora inarredável a certeza da sua vitória.

As dificuldades, certamente, advirão do regime militar instalado no país, em 1964, que já tenta, e mais tentará, frustrar o fim do regime de arbitrio, reunindo promessas de falsa anistia.

Não nos deixaremos enganar, porém.

A anistia não deve dividir os verdadeiros democratas no Brasil, e sim uni-los.

A anistia parcial visa discriminar as vítimas da repressão, quando a luta de todos foi feita pelo mesmo motivo: a falta de liberdade democráticas.

O povo brasileiro recusará, portanto, a anistia parcial como recusou o "pacote de abril" as falsas reformas políticas e todas as outras manipulações do regime que tentam esconder da Nação sua face verdadeiramente anti-popular, anti-democrática e anti-nacional, para mais uma vez enganá-la.

Os movimentos que lutam por ANISTIA AMPLA, GERAL e IRRESTRITA são claros: querem-na para todos os que se opuseram ao regime militar e foram por ele perseguidos, não importando as formas de luta através das quais expressaram sua oposição.

A anistia pela qual lutamos contrapõe-se aos projetos do regime de um simulacro de anistia, que excluiria os setores da oposição popular que recorreram à luta armada.

O contexto em que alguns setores da oposição se lançaram no caminho da luta armada foi o do cerceamento, pela violência, da atividade política das oposições, da obstrução de todos os canais de organização popular e da institucionalização da repressão política. Os brasileiros não se esquecem de que foi o regime instaurado em 1964, que desde o primeiro momento, tomou a iniciativa da violência contra o povo e as instituições, indefesos.

Não nos esqueçamos das perseguições, das cassações de mandatos eletivos, suspensão de direitos políticos, banimentos, exílios e prisões. Houve torturas, em nível assustador. E mortes. Responsabilidades, jamais foram apurados, numa desalentadora comprovação da cumplicidade oficial com a prática das sevícias e dos assassinatos.

Cabe, assim assinalar que ao agitarem o espantelho do "terrorismo", os porta-vozes do regime fingem ignorar que o povo brasileiro tem bem vivo em sua consciência o fato de que o uso do terror alcançou entre nós uma escala máxima por parte dos próprios órgãos do Estado.

Por isso, a anistia que hoje reivindicamos brota dessa base objetiva, que mostra a Nação dividida, prejudicada pela dispensa compulsória da contribuição de tantos filhos capacitados em diversos campos da atividade humana.

Por isso, a anistia que almejamos visa integrar na vida do país todo o contingente marginalizado e perseguido de brasileiros.

Por, isso, senhores, congressistas, o projeto de Governo, que se anuncia, não prevalecerá.

Nesse sentido, reafirmamos o nosso entendimento de que a anistia pela qual lutamos só virá como uma conquista do movimento popular e democrático e nunca como resultado de artimanhas do Poder, ou de barganhas políticas que excluam a manifestação soberana da vontade popular.

Tal entendimento não se contrapõe, no entanto, ao reconhecimento da necessidade política de imediata extensão da luta pela ANISTIA AMPLA, GERAL e IRRESTRITA ao terreno parlamentar, como uma via possível para a materialização dessa conquista.

Impõe-se, pois, que o Congresso Nacional assuma uma posição consentânea com o imperativo histórico da urgente decretação da ANISTIA AMPLA, GERAL e IRRESTRITA, cuja eficácia plena, enquanto conquista democrática, supõe a liberdade de organização partidária para todas as correntes de opinião, o fim das torturas e do aparato repressivo, e a defesa e garantia contra a repressão e o arbítrio,

para todos os setores da população que lutam por melhores condições de vida e por liberdades democráticas.

Na de fesa desses princípios, conclamamos os senhores Senadores e Deputados a constituírem a FRENTE PARLAMENTAR PELA ANISTIA, conforme proposta do Congresso Nacional pela Anistia, realizado em São Paulo, em novembro de 1978.

A constituição da FRENTE PARLAMENTAR PELA ANISTIA expressará a reafirmação do compromisso de seus integrantes com a conquista da ANISTIA AMPLA, GERAL e IRRESTRITA e somará novas forças na luta do povo brasileiro por liberdade e democracia.

Conclamos, ainda os senhores Congressistas, comprometidos com a conquista da ANISTIA AMPLA, GERAL e IRRESTRITA a inscreverem entre os objetivos imediatos de sua luta a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que apure os atentados aos direitos humanos, e em especial esclareça a situação dos mortos e desaparecidos, as ocorrências de tortura e suas circunstâncias.

Finalmente, vimos afirmar o apoio dos movimentos que lutam pela anistia à proposta de emenda constitucional, que devolve ao Poder Legislativo a competência da iniciativa da concessão de anistia, conclamando os integrantes da FRENTE PARLAMENTAR PELA ANISTIA a lutar, desde já pela aprovação da referida emenda, passo importante na restauração da dignidade do Poder Legislativo.

Brasília, 5 de março de 1979

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL PELA ANISTIA, CBA - Rio de Janeiro, CBA - São Paulo, Comitê Paraense pela Anistia da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Sociedade Matogrossense Pela Anistia e Direitos Humanos, MFPA - Minas Gerais.

ESTÃO PRESENTE EM BRASÍLIA PARA ENTREGA DO DOCUMENTO AS SEGUINTE ENTIDADES: CBA- Brasília, CBA - Campina Grande - Paraíba, CBA - Minas Gerais, CBA - Rio Grande do Sul, CBA - Pernambuco, MFPA - Rio de Janeiro, Comissão Pela Formação CBA do Maranhão, Núcleo de Familiares de Mortos e Desaparecidos, Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversões no Estado de São Paulo, Associação dos Docentes da USP, Diretório Central dos Estudantes da UNB, União Estadual dos Estudantes de SP, Comissão Nacional Pró-UNE.



O Movimento Feminino pela Anistia

Em 1975, considerado pela ONU 1o Ano Internacional da Mulher, um grupo de brasileiras levanta bem alta a bandeira da luta pela Anistia; foi a opção mais coerente que encontraram para se integrarem às manifestações do Ano Internacional da Mulher.

Num manifesto dirigido à Nação, declaram: "Através da história, provamos o espírito solidário da mulher fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis porque, neste Ano Internacional da Mulher, nós nos antepomos ao destino da Nação, que só cumprirá a sua finalidade de Paz se for concedida a Anistia Ampla e Geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção".

Em março de 1975 organizam em São Paulo o Movimento Feminino Pela Anistia que pouco a pouco foi se estendendo pelo Brasil afora.

No Ceará, o Movimento Feminino Pela Anistia surgiu como fruto de um trabalho que vinha sendo realizado pelas famílias, amigos mais próximos e demais pessoas preocupadas com a situação dos presos políticos cearenses, na defesa dos seus direitos.

O surgimento do MFPA em plano nacional leva a cearenses a contatar com a Dra. Terezinha Zerbini, presidente do MFPA em plano nacional, que resultou em sua vinda a Fortaleza para proferir conferência sobre "A Mulher Latino-Americana e os Direitos Humanos", realizada a 15 de março de 1976.

A partir daí se estrutura legalmente o núcleo do MFPA-Ce., que, em consonância com os estatutos do MFPA em plano nacional firma seus objetivos em torno da defesa dos Direitos Humanos, da luta por Anistia Ampla e Irrestrita e da promoção da mulher.

Desde o seu surgimento as atividades do MFPA tem se desenvolvido no sentido de apoiar e ampliar a luta democrática e popular em nosso estado, através de pronunciamento e denúncias, promoções onde se destacam:

- Solidariedade aos bispos brasileiros, em particular D. Fragozo pela prisão em Rio Bamba.

- Comemorações do dia 8 de março - Dia Internacional da Mulher.

- solidariedade aos presos políticos - convites para julgamentos, uma grande participação no julgamento de 39 presos políticos (abril de 1977), com comparecimento de 400 pessoas, comemorações: Natal, Festas Juninas, vigílias, greve de fome pela quebra de isolamento de Carlos Alberto e Rholine, ~~Sando~~, visitas, etc;

- debate sobre a Constituinte, com Raimundo Pereira.

- campanha de solidariedade aos colonos da Várzea do Boi (Tauá), as operárias da Crateús algodoeira, ao jornal Mutirão, etc.

- juntamente com outras entidades a exemplo da ASEC, IAB, MDB e outros realiza promoções como, a palestra do Dr. Hélio Bicudo, a abertura do Ano dos Direitos Humanos, com o Dr. Vanderley Caixe.

- Em dezembro de 1977 realiza-se o 1o Encontro Nacional do MFPA em S. Paulo, foi a oportunidade de unificação e definição maior do programa de luta do MFPA, que contou com a participação decisiva das representantes do Ceará.

- Em 1978 surge o Comitê Pela Anistia no Rio, o MFPA -Ce. compreendendo a importância do CBA para a ampliação da luta pela Anistia, desenvolve esforços junto a entidade e pessoas para a criação do CBA-Ce. A 18 de abril, 33o aniversário da Anistia de 45, realiza mesa redonda sobre Anistia e Direitos Humanos com a presença da Dra. Eny Moreira, presidente do CBA - Rio, quando é lançada a 1a. comissão organizadora do CBA.

- No dia 2 de julho, por ocasião da convenção do MDB, o MFPA lança um documento de denúncia dos projetos de reformas políticas propostas pelo governo, mostrando seu caráter demagógico, anti-democrático e anti-popular e conclama o povo cearense a lutar por Anistia Ampla e Irrestrita, por melhores condições de vida, por Liberdades democráticas e pela Assembléia Constituinte livre e soberana. A luta por Anistia se amplia no País e no Ceará também. Após participar do encontro de todos os movimentos de Anistia, realizado em S. Paulo, em julho de 1978 durante a SPBC, o MFPA-Ce. lança no Ceará, 8 de agosto, aniversário de morte de Frei Tito de Alencar Lima, a campanha Nacional Pela Anistia 1978, com a presença da Dra. Terezinha Zerbini, na ocasião o Presidente do IAB-Ce, comunica a decisão do Conselho Superior do órgão de incluir no seu programa a luta por Anistia. Manifestam-se também representantes do Centro Médico, do MDB, e outras personalidades. Diante de um público emocionado o Grupo de Teatro Amador (GRITA) dramatiza a poesia de autoria de Nildes Alencar Lima, (irmã de Frei Tito) "No dia da Anistia", - são chamados os nomes dos presos políticos do Ce, dos mortos pela repressão: Odijas de Carvalho, Pedro Jerônimo, Bergson Gurjão Farias, de exilados e outros.

-De 7 a 9 de setembro realizou-se em Salvador o 2o encontro Nacional de Movimentos de Anistia, com a presença de 17 entidades, do qual participa o MFPA-Ce. As conclusões do encontro são resumidas na "Carta de Salvador", onde se coloca como tarefa fundamental dos movimentos de Anistia, transformar sua luta em movimento de massas, que a amplie para todas as regiões e grupos sociais. É marcado para novembro o Congresso Nacional Pela Anistia. A 20 de setembro o MFPA divulga no Estado para entidades e o povo em geral a carta de Salvador.

- No lançamento do livro de Roberto Ribeiro Martins, "Anistia Ontem e Hoje" manifestam-se em apoio a luta por Anistia o representante do Diretório da Saúde e da Comunidade Granja Santa Fé - Cajueiro Torto, do Instituto Pedroso Horta e outros.

No mesmo período realiza-se a Exposição Pró-Anistia, promovida pelo Centro Médico Cearense e pelos Artistas Cearenses, que contou com o apoio do MFPA-Ce. O MFPA-Ce participa também do I Congresso Nacional Pela Anistia, realizado em S. Paulo de 3a a 5 de novembro de 1978, em reunião onde foram convocadas entidades e pessoas interessadas na luta pela Anistia. A presidente do MFPA-Ce., Nildes Alencar Lima faz um relato das conclusões e resoluções do Congresso e discute-se a ampliação da luta por Anistia, tendo como ponto importante a estruturação do CBA-Ce.

Por ocasião da comemoração do 30o aniversário da Declaração dos Direitos Humanos, com a presença da Sra. Clarice Herzog, viúva do jornalista Vlademir Herzog, morto nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, - a Associação dos Sociólogos do Estado do Ceará (ASEC), o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-Ce), o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA-CE), o MDB-Ce. (Diretório Municipal e Regional, Instituto Pedroso Horta). PALMA Promoções e Publicações (Jornal Mutirão), Federação de Órgãos de Assistência Social (FASE), divulgaram o Manifesto à Nação elaborado pelo Congresso Nacional pela Anistia.

- Mais recentemente o MFPA-Ce, juntamente com outros setores desenvolvem uma campanha de solidariedade aos favelados, da Av. José Bastos e aos agricultores da Fazenda Monte Castelo e Entre Rios, em Quixadá, se empenha também ao lado de outras entidades e pessoas na estruturação do Comitê Brasileiro Pela Anistia - Ce. que significa um passo importante na ampliação da luta em nosso estado.

Peço licença primeiro,
nesta sala de união,
pra desfraldar por inteiro
a bandeira da razão,
que faz cada companheiro
estar nesta reunião.

Meu coração combate,
nesta sala de alegria,
ao ver unida a sua gente
como há muito não se via,
já atilado presente
que não custa a ANISTIA.

Que venha assim como um vento,
vendaval ou ventania,
varrendo dor, sofrimento,
pondo fim nessa agonia.
Que chegue trazendo alento,
que venha embora tardia.

Que reuna, mãos partidas,
mães e filhos apartados
e amores proibidos,
em encontros já marcados,
que não foram revelados |

Voltem presos e banidos,
cassados e exilados /
Só os desaparecidos
de voltar estão privados,
mas vivos serão mantidos
na mente dos libertados.

Esta noite se povoa
de cruel recordação.
Morreu Andrade Pessoa
pela Confederação,
pela ave que livre voa
morreu Bergson Gurjão.

Esta noite é como um mar
de recordação e dor.
Morreu Bárbara de Alencar
na revolta do Equador.
Morreu Tito, outro Alencar,
a Mororó se juntou.

E morreu Pedro Jerônimo
da morte mais fria que há.
Como um herói anônimo
morreu sem nunca calar.
Cada morte foi sinônimo
da vida que bem virá.

Peço licença outra vez,
nessa luta que nos cabe.
de clamar com altivez
pra que a noite se acabe,
pelos filhos do talvez
e viúvas do quem sabe.

O povo já não suporta
o peso da tirania,
a nação já não comporta
ser qual grande sesmaria,
que se faça letra morta
de toda selvageria.

Que esta noite se inflame,
num grito de rebeldia,
e urgente se proclame
nova carta de alforria,
e a nova carta se chame
Ampla e Geral ANISTIA.

Que a mensagem deste Ato,
carregada de verdade,
fure o vão desse teatro,
ganhe o campo e a cidade,
e se faça vida e fato
da palavra LIBERDADE!

25 de março de 1979
Oswald Barroso



Adaptação de "A Liberdade", De Lacroix

Criado o CBA-Ce

Impulsionado pela luta que se trava nacionalmente pela Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita, foi criado o Comitê Brasileiro pela Anistia-Ce (CBA-Ce). Apesar de ter sido proposto sua criação há mais de um ano, impedimentos fizeram com que apenas agora ele surgisse.

Desde o início do ano, várias comissões de trabalho se constituíram para viabilizar a criação do CBA-CE. Deste processo participaram inúmeras pessoas, que viram no dia 10/03, como resultado de seu trabalho, a efetivação do CBA-Ce na Assembléia Geral de Constituição. Esta Assembléia discutiu e aprovou os estatutos, a Carta de Princípios e o programa do CBA-CE, além de ter eleito sua primeira Diretoria. Ela foi a síntese das discussões que se travaram desde o início, em reuniões gerais onde surgiram as propostas encaminhadas à Assembléia. Decidiu-se pela formação de uma chapa única, para a Diretoria do CBA-Ce, como garantia da participação de todos, única maneira de se conseguir a expansão da luta pela Anistia.

Foi preocupação constante dar ao CBA um funcionamento democrático e aberto, o que está expresso em seus estatutos quando prevêem Comissões de Trabalho e Reuniões Abertas regulares e elegem a Assembléia Geral como órgão máximo.

Neste momento, o CBA-Ce se volta para a preparação do Ato Público, a ser realizado no próximo dia 25, de março às 19:30 hs, no Teatro José de Alencar, quanto tomará posse a primeira diretoria do CBA. Para este Ato foram convidadas personalidades tais como o deputado cassado Lisâneas Maciel, e o advogado Luís Eduardo Greenhalg, representante do CBA-SP. Pretende-se dar ampla divulgação a este Ato, para que seja verdadeiramente massivo, e que venha a tornar-se um marco importante na luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita no Ceará.

OBJETIVOS E PROGRAMA MÍNIMO DE AÇÃO

I - A luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita, que pressupõe, a revogação dos atos e leis de exceção, inclui:

1. A libertação de todos os presos, políticos;
2. O fim das prisões políticas, sequestros, torturas e assassinatos;
3. O retorno sem coação e ou constrangimento de todos os exilados banidos e de todos os que foram obrigados a sair do país devido a ameaças e a perseguições políticas;
4. A reestruturação em sua plenitude dos direitos civis de todos os atingidos pelos atos de exceção e leis repressivas, inclusive com a reintegração de todos os civis e militares aos cargos dos quais foram afastados. Fim da exigência dos atestados ideológicos e todas as formas de "cassações brancas";
5. O esclarecimento sobre a situação dos desaparecidos após a sua prisão pelos órgãos de repressão reconhecida ou não pelas autoridades;
6. A garantia do direito de todo o brasileiro registrar seus filhos no exterior como cidadãos brasileiros como também o de possuir passaporte com os respectivos vistos e revalidações;
7. A prestação por parte do governo, da assistência devida aos cidadãos acusados ou presos no exterior por motivos políticos;
8. A extinção de todos os processos políticos, em andamento e desmantelamento dos atuais órgãos de repressão;
9. A conquista das franquias democráticas, e pelo estabelecimento do Estado de Direito;

II. Para alcançar os objetivos acima definidos, o CBA-Ce se propõe a:

1. Dar ampla divulgação às denúncias de atos de violência cometidos contra pessoas e entidades, bem como de torturas assassinatos, sequestros e quaisquer ações intimidatórias, arbitrárias e de abuso de poder, que atentem contra os direitos universais da pessoa humana;
2. Solidarizar-se publicamente em defesa daqueles que sofrem ações repressivas por motivos políticos;
3. Estimular o debate, através de conferências e seminários, sobre temas ligados à conquista da anistia, ampla geral e irrestrita;
4. Divulgar a situação dos presos políticos, exilados, banidos e perseguidos políticos;
5. Dar apoio à luta dos presos políticos por melhores condições carcerárias;
6. Trazer à participação das atividades do CBA-Ce todas as entidades e setores da população oprimidos pelo regime de exceção apoiando-nos na luta pelo direito de livre organização expressão e greve.
7. Estimular a participação das famílias dos atingidos nas atividades do CBA-Ce em defesa dos presos e perseguidos políticos;
8. Mobilizar entidades nacionais e internacionais para a luta e as atividades do CBA;
9. Colaborar, nos limites de suas possibilidades, inclusive por meio de gestão junto as instituições competentes para que não falte assistência jurídica e apoio material e financeiro aos presos, perseguidos políticos e aos exilados que tentam retornar ao país;
10. Estimular a apuração das responsabilidades dos crimes, torturas e assassinatos, e denúncias à exerceção pública os responsáveis por tais atos.

COLABORARAM COM ESTA EDIÇÃO

TARCISIO LEITÃO
Advocacia exclusiva de empregados
Rua Assunção, 316 - Fone:
231.66.04

COLEGIO OLIVEIRA PAIVA
(Em novas instalações)
Rua Guilherme Rocha, 1746 - Fone
223.59.39
Direção: Prof. Barros Pinho

JOSÉ FIUZA GOMES
Advogado de Assuntos Imobiliários
Rua Sena Madureira, 961 - S/122 -
Fone 231.44.18